

DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA: O CASO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Briefing PET/TEPP do IRI (Dezembro/2020), Matheus Fonseca

NÚCLEO DE PESQUISA EM REFÚGIO & DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Refúgio & Desenvolvimento (NPR&D) convergiu as linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio.

Financiado pelo Ministério da Educação (PET) e pela PUC/Rio (TEPP), o Programa de Educação Tutorial do IRI foi criado para promover a formação em pesquisa. Tem como foco a atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais nos amplos campos de mobilidade, desenvolvimento e direitos humanos.

Os briefings são fruto do valioso apoio das bolsas PET e TEPP.

Mais informações em www.pet-iri.com.

Tel.: 3527-1557.

RESUMO

O presente *policy briefing* se propõe a analisar os fatores que não apenas levaram mas mantém o Brasil na atual posição da divisão internacional do trabalho. Ao colocar o cenário econômico do país em perspectiva, fazendo um breve apanhado histórico e se aventurando na literatura sobre desenvolvimento, o *briefing* objetiva instigar o leitor para o debate sobre a agenda de desenvolvimento aplicada pelo país. No decorrer do trabalho, o planejamento estratégico do país, assim como a submissão a uma lógica de desenvolvimento questionável estarão em pauta, trazendo a perspectiva de diferentes autores para realizar um diagnóstico do condicionamento da economia brasileira.

INTRODUÇÃO

A mudança no cenário econômico internacional na década de 1970 e os consequentes impactos na economia resultaram no condicionamento da política econômica brasileira nos anos 80. O elevado endividamento externo, a inflação explosiva e a perda de dinamismo culminaram na desestruturação do setor público, tanto na sua capacidade financeira quanto no seu papel estratégico na superação das restrições ao crescimento da economia brasileira (ABREU, 2014). O desequilíbrio macroeconômico e o agravamento da crise econômica no início da década de 1990 decretaram a falência do modelo desenvolvimentista, como parte do processo

O PET do IRI/PUC-Rio foi estabelecido em 2013.



da onda neoliberal que Sankaran Krishna, em “*Globalization and Postcolonialism*”, aponta:

“(...) o período de 1980 presenciou uma ressurgência da ideologia de mercado e ostensiva hostilidade à interferência estatal e política no funcionamento do domínio econômico. Ironicamente, esse período viu um aumento gradativo da interferência política por instituições como o FMI e seu Programa de Ajuste Estrutural nas economias dos países do terceiro mundo, o fazendo em nome da defesa dos princípios do livre comércio!” (KRISHNA, 2009, p. 45, tradução nossa).

Essa mudança na postura do Estado brasileiro a partir da década de 1980 conduziu o país a uma maior abertura às importações. Entretanto, em termos industriais, não se mostrou favorável, uma vez que a indústria nacional não foi capaz de competir no mesmo nível que as indústrias manufatureiras estrangeiras por muito tempo. Segundo dados do Banco Mundial, em 1989, a indústria compunha 42% do PIB brasileiro, enquanto a importação de bens e serviços estrangeiros correspondia a 5% do PIB. Dados mais recentes, de 2019, mostram que a indústria, agora, é responsável por apenas 19% do PIB brasileiro, enquanto as importações de bens e serviços quase triplicaram, chegando a 14% do PIB. De acordo com um estudo do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (2015) da FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com base em dados do IBGE, em 1985, só a indústria de transformação dizia respeito a 21,6% do PIB brasileiro, chegando a 10,9% do PIB no ano de 2014.

O processo de industrialização brasileiro teve início no período chamado de "consenso keynesiano" do pensamento desenvolvimentista. Como escreve Nederveen Pieterse, em "Development Theory" (2010), de 1950 até 1980 o Estado era o motor do crescimento e responsável por guiar as atividades econômicas, inclusive incentivando a indústria nacional. Já do período correspondente de 1980 até os anos 2000, o chamado "consenso de Washington" passa a vigorar, remodelando as relações econômicas, promovendo uma hostilidade ao Estado interventor entre os países mais influenciados pelo Ocidente e utilizando, inclusive, organizações internacionais como FMI e Banco Mundial para difundir a lógica da desregulação e do livre mercado.

A "onda neoliberal" da década de 1980 representou uma mudança não apenas no papel do Estado na economia, como também nas discussões sobre desenvolvimento. Atualmente, a discussão em torno de alternativas se intensifica na medida em que se enxerga que o conceito eurocêntrico e economicista de "desenvolvimento" não encontra respaldo na contemporaneidade. Segundo Latouche (2009), este determinismo economicista e produtivista acabou gerando um mito irresponsável e predador do crescimento econômico, levando as pessoas a crer em uma abundância sem limites (apud AMARO, 2017).

Com as recentes crises financeiras internacionais e o aprofundamento das desigualdades entre economias industrializadas e não industrializadas, a era neoliberal nas discussões sobre desenvolvimento é cada vez mais contestada. Essa tendência é reforçada pelo protagonismo exercido por países emergentes, em especial a China, que apontam para o ressurgimento da era do desenvolvimento estatal com as devidas adaptações às demandas atuais. Ainda assim, o Brasil parece estar perdido no meio da discussão, apostando em abordagens de uma era do desenvolvimento que parece não corresponder às demandas atuais. Dessa forma, condiciona-se a uma posição vulnerável e dependente ao permitir a reprimarização de sua economia.

Visando estabelecer um percurso analítico coerente e de fácil compreensão, o briefing abordará, inicialmente, o cenário da desindustrialização, realizando uma breve revisão literária e apresentando conceitos importantes para a análise. Em seguida, irá levantar as consequências dessa condição na economia, como a dependência das commodities, apontando a relevância do debate e, por fim, apresentando visões críticas sobre o modelo de desenvolvimento praticado e possíveis alternativas para guiar a discussão.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: NATURAL OU PREMATURA?

Existem debates acalorados entre economistas discutindo as causas e consequências de fenômenos parecidos por todo o mundo. Alguns acreditam se tratar de algo natural das economias maduras, com a indústria cedendo espaço para o setor de serviços, enquanto outros afirmam se tratar de uma desindustrialização prematura, fruto da falta de competitividade e atraso tecnológico da indústria nacional.

O conceito “clássico” de desindustrialização pode ser entendido como o cunhado por Rowthorn e Wells (1987) em “*De-Industrialization and Foreign Trade*”, onde foi definido de duas maneiras: positiva e negativa. A desindustrialização positiva seria aquela em que ocorre em países desenvolvidos, cujo tecido industrial atingiu seu nível máximo da ocupação de mão de obra. Dessa forma, a participação no emprego total da indústria sofreria um declínio natural em virtude do aumento de produtividade em decorrência do avanço tecnológico e ganhos de escala. A desindustrialização negativa, por outro lado, é aquela que ocorre em qualquer fase de desenvolvimento, que enfrenta uma estagnação da renda real, da produção manufatureira e taxas de desemprego crescentes (Rowthorn e Wells, 1987).

Mais recentemente, em 2009, a pesquisadora Fiona Tregenna contesta versões tradicionais, dentre elas a de Rowthorn e Wells (1987) de “desindustrialização”. Para ela, o processo “natural” de desindustrialização apresenta uma relação entre o nível de emprego industrial e a renda per capita.

Quando um país possui um alto nível de produtividade industrial, vanguarda na fronteira tecnológica e uma alta renda per capita, a empregabilidade no setor manufatureiro é reduzida, enquanto os trabalhadores passam a ocupar postos de trabalho em serviços especializados, que possuem melhor rentabilidade.

Outra contribuição de Tregenna é sua visão sobre desindustrialização prematura, que se trata do fenômeno que atinge países ainda em desenvolvimento e que começam a se desindustrializar com níveis de renda per capita inferiores aos de países industrializados. O economista turco Dani Rodrik, ao expor sua perspectiva, apresenta pensamentos que convergem com Fiona.

"O que os países em desenvolvimento estão experimentando hoje é chamado apropriadamente de 'desindustrialização prematura' (...) Na maioria desses países, a produção manufatureira começa a encolher (ou está a caminho de encolher) em níveis de renda que são uma fração daqueles níveis em que as "*economias avançadas*" começaram a desindustrializar. Esses países em desenvolvimento estão se tornando economias de serviço sem passar por uma experiência apropriada de industrialização." (RODRIK, Dani. 2015, p. 3, grifo nosso).

Em "Premature Deindustrialization" (2015), Dani Rodrik afirma que, no processo de globalização, quando os países em desenvolvimento abrem suas economias, os frágeis setores manufatureiros são diretamente atingidos, tornando-se importadores de manufatura e revertendo o processo de substituição de importação. Ao mostrar sua perspectiva no que diz respeito às relações entre economias com diferentes níveis de industrialização, Rodrik expõe aspectos coloniais presentes nas ciências econômicas ao falar em "*economias avançadas*", sendo uma colocação que reforça ideias como a de países "*avançados*" e "*atrasados*". Com esse tipo de colocação, é intuitivo pressupor que existe um caminho ou modelo do progresso a ser percorrido pelos países, ideia que é rebatida por teóricos do campo dos estudos sobre desenvolvimento. No que diz respeito ao processo de desindustrialização prematura descrito pelo autor, há semelhanças que parecem se encaixar no caso do Brasil. De acordo com um levantamento realizado pelo Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo, com base em dados do Portal do Comércio Exterior do Brasil, entre os anos de 2009 e 2018, a balança comercial dos produtos manufaturados do Brasil acumulou um déficit da ordem de US\$ 700 bilhões. Apesar disso, a balança comercial do Brasil tem se sustentado nos últimos anos por conta da exportação de commodities, principalmente as agrícolas.

Nesse sentido, pode-se adicionar a contribuição do cientista José Gabriel Palma em "*De-Industrialisation, 'premature' de-industrialisation and the dutch-disease*" (2014), que, ao expor sua visão sobre desindustrialização, desenvolveu, entre quatro possibilidades, uma provável causa para o

fenômeno que parece convergir com o contexto brasileiro. O autor amplia o conceito clássico de “doença holandesa”, que, no original de Corden e Neary (1982), se trata do processo de valorização da taxa de câmbio em virtude da elevação dos preços das *commodities*. Com um maior valor recebido pela exportação de produtos primários, ocorre um impulsionamento nas importações de manufaturas, levando a uma substituição da matriz produtiva do país, que se afasta da produção de produtos industrializados e se especializa no setor de *commodities* pela praticidade e o preço no curto prazo. Em seu entendimento, Palma afirma que essa “doença” foi experimentada por países latino-americanos a partir da década de 1980, que, inicialmente, possuíam uma política de industrialização por meio da substituição de importações e, por conta de uma mudança radical na política econômica, transformaram suas estruturas de emprego do setor de manufatura para o setor de produtos primários (Palma, 2014).

O período citado pelo autor e a causa da "doença holandesa", no sentido de Palma, convergem com a chegada da "onda neoliberal" nas discussões sobre desenvolvimento e condução da economia no Brasil. Ao abandonar o entendimento que vigorava na "era keynesiana", de crescimento econômico através da ação estatal, que proporcionaria a industrialização e a modernização política e social, os países, em especial os ocidentais, passaram a ser guiados pelo entendimento neoliberal, que, em resumo, mantinha apenas um dos pontos principais da compreensão anterior: o crescimento econômico. No que diz respeito ao agente produtor desse crescimento econômico, a corrente neoliberal acreditava que o feito seria alcançado através de reformas estruturais, desregulações e privatizações, com a plena e livre atuação do mercado (PIETERSE, 2010, p. 7). Ao descrever essa perspectiva sobre desenvolvimento, o autor de "Development Theory" (2010), Nederveen Pieterse, descreve o neoliberalismo como uma perspectiva "anti-desenvolvimento", não em seu objetivo final, mas nos meios para alcançá-lo. Com isso ele quer dizer que o neoliberalismo descarta qualquer planejamento e intervenção do Estado, características marcantes da noção de desenvolvimento que vigorava nos anos que precederam a década de 1980. A perspectiva neoliberal de desenvolvimento pressupõe que a livre atuação do mercado irá promover o crescimento econômico e a distribuição da renda pela população.

O cientista Gabriel Palma vai além de conceituar o fenômeno, citando concretamente o caso dos países latino-americanos, como Brasil e Argentina, e os países asiáticos, que seguiram um caminho diferente e continuaram seus processos de industrialização, como China e Coreia do Sul. Enquanto o caso clássico de doença holandesa fazia referência a descoberta de gás natural com a Holanda em estágio maduro de industrialização, o responsável no caso dos países do cone sul foi a reversão brusca nas políticas de substituição de importações. A diferença chave entre os dois grupos no que se refere à implementação de reformas econômicas, o autor continua, é que os asiáticos obstruíram a transição

para uma industrialização ‘madura’, ou seja, interromperam a transição para uma economia de serviço, pois não haviam atingido determinados níveis de renda per capita que seriam considerados de países com estágio avançado de industrialização. Os países em desenvolvimento na Ásia, ricos ou pobres em recursos naturais, foram bem-sucedidos em combinar as reformas com o caminho dinâmico do setor de manufatura.

Falando mais especificamente do caso do Brasil, a industrialização foi interrompida pelo desequilíbrio macroeconômico e a incapacidade de continuar sustentando o modelo de financiamento vigente até a década de 1980. Diante da necessidade de ajustar as contas públicas, o país passou a submeter suas políticas macroeconômicas e comerciais ao crivo do FMI (ABREU, 2014), o que significou uma adesão à nova lógica neoliberal de desenvolvimento. Ainda que tenha feito de modo cauteloso, a liberalização econômica e as privatizações se seguiram pela década de 1990, com redução dos incentivos às exportações e menores tarifas de importação, agravou a situação da indústria brasileira apesar de permitir maior acesso aos mercados externos (ABREU, 2014).

Isso, deve-se deixar claro, não significa a defesa do fechamento da economia, a implantação de tarifas sobre todo produto importado ou subsídios para os produtos nacionais. Uma abordagem viável e que pode ser melhor discutida é ter como meta fazer o Brasil obter melhores posições nas cadeias globais de valor, não apenas ser um dos seus consumidores finais. Em outras palavras, ter como meta que o Brasil ocupe melhores posições no conjunto de atividades necessárias à produção e entrega do produto ao consumidor final (FGV, 2014), exportando produtos com maior valor agregado, não apenas vendendo os insumos necessários para produzi-los.

Em entrevista concedida¹ com exclusividade ao autor deste briefing, o doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas Paulo Gala aponta justamente para esses pontos. Na sua visão, “(o processo de desindustrialização brasileira) é precoce porque começou com um nível de renda per capita de 10 mil dólares, sendo que o natural seria depois dos 25 mil dólares (...)”. Para ele, o natural é que os países percam participação da indústria no PIB com uma estrutura produtiva de alta e média densidade tecnológica. “O Brasil sequer chegou a essas indústrias ‘medium’ e ‘high tech’ e já está perdendo indústria; indústria, inclusive, de baixa qualidade”, ele completa.

¹ Entrevista concedida por GALA, Paulo. Entrevista I. [Dez. 2020] Entrevistador: Matheus Fonseca.

REPRIMARIZAÇÃO COMO DEPENDÊNCIA?

Ao entender o movimento que a economia brasileira realizou nas últimas décadas, pode-se pensar as consequências desse fenômeno chamado reprimarização. Ao mesmo tempo em que se posiciona como uma economia agroexportadora competitiva, a posição que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho o torna dependente e vulnerável em diversos segmentos, principalmente da indústria de transformação, que, em 2019, representou mais de 53% das importações do Brasil, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Ao analisar a relação comercial do Brasil com seus principais parceiros, como China, Estados Unidos e União Europeia, se visualiza de maneira concreta essa vulnerabilidade. Enquanto as maiores exportações para os chineses são de soja, minério de ferro e óleo bruto de petróleo, as maiores importações são de produtos como equipamentos de telecomunicações, plataformas, embarcações, máquinas e aparelhos elétricos (COMEXSTAT, 2020), entre outros. Apesar da balança comercial com o gigante asiático ser superavitária, é possível enxergar certa disparidade na complexidade dos produtos comercializados, assim como seus respectivos valores.

No caso da relação comercial com os EUA, o Brasil exportou, em 2019, o equivalente a 11% de óleo bruto de petróleo, ao mesmo tempo em que importou o equivalente a 28% de óleo combustível de petróleo (COMEXSTAT, 2020). Ou seja, está exportando petróleo bruto para importar derivados, com maior valor agregado. Apesar de ser autossuficiente na produção de petróleo, o país depende da importação

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Localizado no município de Itaboraí, o polo petroquímico, segundo a própria Petrobras, tinha o objetivo de expandir a capacidade de refino do Brasil e atender a demanda interna crescente por derivados de petróleo, como óleo diesel, querosene e GLP (gás de cozinha). Entretanto, com as denúncias de corrupção e superfaturamento, o empreendimento se encontra paralisado desde 2014, mesmo tendo alcançado 80% de avanço físico das obras.

O modo como a justiça lidou com as denúncias em relação a grandes empreendimentos como o do COMPERJ é alvo de críticas por ter provocado desemprego e impedido o avanço de setores estratégicos como o do refino de derivados de petróleo. (Fonte: Petrobrás, 2014)

por conta da característica do petróleo nacional e da falta de investimento em refino, é o que aponta a doutora em Planejamento Estratégico e professora da FGV, Fernanda Delgado, em entrevista à BBC News Brasil (2019).

Ao escolher pela permanência dessas relações desiguais, o Brasil se encontra na posição de dependente do crescimento alheio, assim como apontado por Theotônio dos Santos (2011). Nessa abordagem, o Brasil caminha na direção de um desenvolvimento que nunca irá chegar, pelo contrário, irá destruir as condições de reverter o atual quadro em que se encontra, já que marginaliza a figura do Estado e trabalha para retirar de seu poder o controle sobre recursos e setores estratégicos. A visão de desenvolvimento da "era neoliberal" converge com a teoria desenvolvida por dos Santos, uma vez que se trata de uma situação em que o país é condicionado pelo crescimento ou não de outros países (DOS SANTOS, 2011). Theotônio afirma que o próprio sistema em que os países em desenvolvimento estão inseridos, um sistema produtivo de desenvolvimento do capitalismo, reproduz os fatores que impedem os Estados de alcançar uma situação vantajosa nacional e

internacionalmente, perpetuando a miséria e a marginalização social. Dessa forma, o país ignora oportunidades internas para reverter sua situação, como no caso do Brasil, no setor de petróleo e gás ou na produção de equipamentos e insumos para a área da saúde, cuja demanda interna é crescente, entre outras áreas.

Quando questionado sobre as vulnerabilidades advindas da desindustrialização, o economista Paulo Gala indica as fragilidades da economia brasileira. "(...) qualquer movimento de crescimento vai aumentar nosso endividamento externo, porque nós temos uma capacidade de importação baixa, (...)

Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde - CIBS

Localizado no distrito industrial de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro, o empreendimento visa ampliar a produção de vacinas e biofármacos para a demanda interna e externa. Segundo a FIOCRUZ, a entrada em mercados controlados por empresas multinacionais representará uma maior possibilidade de estabelecer parcerias para o desenvolvimento tecnológico, através da transferência de tecnologias e aumento da competitividade do Brasil no setor de biotecnologia. O empreendimento se encontra em fase final de licitação para receber recursos públicos e privados. A previsão é de que comece a operar em 2023. (Fonte: FIOCRUZ, 2019)

pode provocar uma falta de dólares.” Outro ponto crítico, em sua perspectiva, diz respeito ao mercado de trabalho. “O mercado de trabalho do Brasil está depauperado, com empregos horríveis, baixa qualidade, subemprego, subutilização. A contrapartida da desindustrialização é a destruição do mercado de trabalho.”.

A REINDUSTRIALIZAÇÃO É O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO?

Não há espaço, nos dias de hoje, para um modelo de desenvolvimento que seja pautado em consumo desenfreado e crescimento predador, esgotando os já escassos recursos naturais do país. Ao mesmo tempo, é questionável se o melhor caminho a ser adotado seria o da rejeição ao desenvolvimento, como o proposto por correntes pós-desenvolvimentistas, que acreditam se tratar apenas de um mito que promove, durante sua trajetória, o sofrimento da maior parte da população. É possível enxergar um caminho alternativo, atento aos fracassos de modelos anteriores e que olhe para o futuro propondo uma nova abordagem, multidimensional, interdisciplinar e que veja o desenvolvimento não como um fim em si mesmo e sim como um meio para o desenvolvimento humano (PIETERSE, 2010).

Alguns teóricos, como Kothari (1988) e Constantino (1985), defendem uma posição anti-desenvolvimento, uma vez que acreditam que o desenvolvimento não funciona e significa uma homogeneização e ocidentalização cultural. Acreditam ser impossível garantir "um estilo de vida classe média para a maior parte da população mundial", nas palavras de Dasgupta (1985) (apud PIETERSE, 2010, p. 110), ao mesmo tempo em que possuem ressalvas ao controle estatal que uma atuação desenvolvimentista poderia gerar. Ainda segundo Pieterse (2010), os autores pós-desenvolvimentistas que se encaixam na descrição contida em seu livro, quando questionados sobre alternativas ao desenvolvimento, se limitam às críticas, sem indicar propostas concretas.

É possível pensar um novo modelo de desenvolvimento sem querer repetir as receitas do passado, pelo menos é o que aponta o professor Ha-Joon Chang, em sua contribuição no livro "Global Governance at Risk" (2013). Ao criticar a noção predominante de "desenvolvimento", que, para ele, não possui a noção real de desenvolvimento no sentido de transformação das estruturas e capacidades produtivas, Chang aponta que a solução passa por pensar um novo discurso e abordagem de desenvolvimento. Para ele, uma nova abordagem não deve focar apenas nos aspectos materiais, mas levar em consideração a dimensão "humanística" de desenvolvimento, as complexidades do processo da política moderna, pensar mudanças institucionais, que fujam dessas limitações do desenvolvimento *mainstream*, e, por fim, que não ignore a sustentabilidade ambiental. Segundo o economista, é preciso discutir como essa nova abordagem de desenvolvimento fará a transição para

uma economia pós-carbono, ao passo que permite que os países em desenvolvimento continuem sua industrialização.

O que ocorre hoje em dia, e é apontado pelo economista Ha-Joon Chang, é a predominância de um discurso e uma agenda “anti-desenvolvimento” (HELD, 2013). Nesse sentido, ele cita o caso da Agenda de Desenvolvimento de Doha, que faz referência a uma rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio, que, segundo a própria OMC, visava reduzir barreiras comerciais e revisar as regras de comércio. A agenda dizia, entre outras coisas, para os países industrializados diminuírem suas tarifas sobre a agricultura e outros setores primários estrangeiros, enquanto os países em desenvolvimento, com maior parte da economia sendo exportadora de *commodities*, deveriam diminuir suas tarifas e barreiras sobre produtos industriais importados.

Para Chang, aceitar essa agenda é problemático porque, na realidade, ela não tem como objetivo “desenvolver” os países mais pobres, apenas reforçar a lógica que países “desenvolvidos” devem se especializar na indústria, enquanto países em “desenvolvimento” devem se especializar na agricultura. O economista aponta, ainda, que agendas e discursos desse tipo visam apenas dificultar que países em desenvolvimento transformem suas capacidades produtivas, já que os colocam em um ciclo de perpetuação da pobreza, visto que, para ele, é altamente improvável que um país em desenvolvimento transforme sua estrutura produtiva sem algum tipo de proteção da indústria (apud HELD, 2013). Tendo isso em perspectiva, o professor Paulo Gala afirma que é, em primeiro lugar, papel do governo capitanear essa mudança e promover o desenvolvimento multidimensional. “(...) Com investimento público, colocando diretrizes (para um) desenvolvimento mais ambientalmente sustentável, socialmente inclusivo e com uma política de câmbio mais competitiva, para forçar nossa indústria a se lançar ao mundo.” Gala diz, também, não enxergar impeditivos em convergir essa lógica com abordagens que enxergam nos povos originários um modelo de vida a ser seguido: “O projeto é justamente crescer mais, distribuindo mais”, ele conclui.

Pieterse (2010) também aposta em uma nova abordagem de desenvolvimento, multidimensional e interdisciplinar. Ao expor sua visão, o autor aponta que a história realizou um movimento pendular ao indicar que o Estado voltou a ser um dos protagonistas da promoção do desenvolvimento, se afastando do fundamentalismo do livre mercado, dando como exemplo a boa performance de atores como a China e os tigres asiáticos². Ele faz questão de ressaltar, entretanto, que

² O termo “tigres asiáticos” é utilizado para se referir a quatro economias do sudeste asiático que apresentaram grandes taxas de crescimento e rápida industrialização entre as décadas de 1960 e 1990: Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

é preciso encontrar uma abordagem de desenvolvimento mais democrática do que é encontrada nos países supracitados.

Em relação ao papel a ser desempenhado por cada ator, Pieterse (2010) acredita que é tarefa designada ao setor público construir uma coalização ao redor de um caminho de crescimento. Ele diz que as forças do mercado podem gerar o crescimento, mas que cabe ao setor público averiguar a qualidade desse crescimento, assegurando que é inclusivo e sustentável. Portanto, é preciso fugir desse “jogo de números” que o desenvolvimento se transformou, ao ser guiado através de *rankings* e classificações, que, na concepção do autor, distorcem as prioridades. Ao distorcerem as prioridades, o desenvolvimento se torna a busca por um crescimento insustentável, “ambientalmente por conta dos danos ecológicos, socialmente porque envolve polarização social, economicamente porque depende da entrada e saída de capitais (...) e politicamente porque concentra poder.” (PIETERSE, 2010, p. 214).

CONCLUSÃO

Este briefing não se apresenta como um manual para solucionar definitivamente os graves problemas econômicos e sociais do Brasil, mas como um chamado para a discussão mais do que postergada que o país deve realizar. A falta de um projeto nacional, que vá além do mandato de um governo, direcionou o país a um ponto de inflexão que deve ser tratado com a devida seriedade. O processo de desindustrialização prematura é apenas uma das consequências da falta de direção que toma conta do país, que insiste em submeter-se a lógica do livre mercado e da desregulação para promover o crescimento econômico. Não é mais aceitável conviver com surtos esporádicos de crescimento dependente dos preços das *commodities*.

Enquanto existem países emergentes que já se encontram em estágios avançados de industrialização e precisam se preocupar com sua transição para o setor de serviços, o Brasil parece ignorar a discussão de alternativas que o tirem da atual posição dependente no contexto internacional. A necessidade de desenvolver sua estrutura produtiva não pode ser afastada das demandas ambientais e sociais que a contemporaneidade exige. O briefing sugere que a solução passa pela reunião e coordenação entre o Estado brasileiro, a iniciativa privada e setores da sociedade civil, de modo que dialoguem e colaborem para que o possível crescimento econômico seja acompanhado de uma equitativa distribuição de renda, qualificando e elevando a remuneração dos trabalhadores, preservando e ampliando o meio ambiente, tendo em mente que não há desenvolvimento humano sem sustentabilidade ambiental.

Além de ter em vista que não é possível obter um crescimento econômico ilimitado, faz-se necessário trazer para o debate questões como a falta de emprego massiva que o avanço tecnológico e

a robotização das atividades irão proporcionar. Propostas como o da renda básica universal já começam a ser alvo de debates mesmo no Brasil. As questões, assim como as possíveis soluções, não aparentam ser fáceis, mas tampouco irão se resolver sem a discussão apropriada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. - 2. ed. - Rio de Janeiro. Elsevier, 2014.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! Cadernos de Estudos Africanos, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.2335>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

COMEXSTAT. Exportação e Importação Geral. Comex Stat, 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

DEPECON. Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB. FIESP, 2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508#:~:text=A%20perda%20de%20participa%C3%A7%C3%A3o%20da,%C3%A0%20maior%20penetra%C3%A7%C3%A3o%20de%20importados>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

FIOCRUZ. Campus Santa Cruz (RJ). Fiocruz, 2019. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/inovando-para-a-saude-publica-brasileira/119-o-instituto/crescimento-institucional/campus-santa-cruz-rj>. Acesso em 26 de novembro de 2020.

FGV. Cadeias Globais de Valor. Centro de Estudos do Comércio Global e Investimento, 2014. Disponível em: <https://ccgi.fgv.br/pt-br/cadeias-globais-de-valor#:~:text=O%20conjunto%20de%20etapas%20podem,de%20valor%20que%20%C3%A9%20global>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

HELD, ROGER (Eds.). Global Governance at Risk. Cambridge, Polity Press, 2013.

KRISHNA, Sankaran. Globalization & Postcolonialism. Hegemony and resistance in the twenty-first century. Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2009, versão digital. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13oSbTcgRgRUH5EUURYlq60ARPqVHxhaq-/view>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

PALMA, José Gabriel. De-Industrialisation, 'premature' de-industrialisation and the dutch-disease. Revista NECAT, ano 3, nº 5, 2014.

PEREIRA, Rodrigo Costa. Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde ampliará produção. Fiocruz, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/complexo-industrial-de-biotecnologia-em-saude-ampliara-producao>. Acesso em 26 de novembro de 2020.

PETROBRÁS. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Petrobrás, 2014. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

PIETERSE, Jan Nederveen. *Development Theory: Deconstructions/Reconstructions*. Second Edition. London: SAGE Publications Ltd., 2010.

RAMASWAMY, ROWTHORN. *Growth, Trade, and Deindustrialization*. IMF Working Paper, 1998.

RODRIK, Dani. *Premature Deindustrialization*. Working Paper 20935, 2015. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w20935>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

ROWTHORN and Wells. *De-Industrialization and Foreign Trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

SINDIEX. *Balança comercial dos produtos manufaturados acumula déficit de US\$ 700 bilhões em dez anos*. Sindiex, 2019. Disponível em: <http://www.sindiex.org.br/noticias/5547/balanca-comercial-dos-produtos-manufaturados-acumula-deficit-de-us-700-bilh%C3%B5es-em-dez-anos.html>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

THE WORLD BANK. *World Bank Open Data*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

TREGENNA, Fiona. *Deindustrialization and premature deindustrialization*. in Ghosh, J., R. Kattel and E. Reinert (eds.) *Elgar Handbook of Alternative Theories of Economic Development*, 2016. Disponível em: <http://pinguet.free.fr/tregenna2016.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

WTO. *The Doha Round*. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm. Acesso em 04 de dezembro de 2020.